

As coisas como realmente não aconteceram: disputas e tensões na escrita da ciência na História oitocentista

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos¹

Introdução

“O historiador é um profeta olhando para trás”
Friedrich Schlegel

O século XIX foi o século da História, mas também foi o século dos museus, divididos comumente em duas tipologias: Museu de História Natural e Museu Históricos. No geral, segundo Ulpiano Bezerra de Menezes, apoiando-se no trabalho de Susan Sheets-Pyenson, a História Natural foi “(...) o modelo dominante na segunda metade do século XIX, quando atingiu seu maior vigor e prestígio. Foi este modelo, e não o do museu histórico, que jovens nações recém-independentes do jogo colonial preferiam (...)” (MENEZES: 1994, p. 573).

A “opção” pelos museus de história natural efetivada pelas jovens nações do novo mundo, representou o reconhecimento e a manutenção desses países como áreas “desconhecidas” que deveriam ser estudadas e decifradas pois não possuíam história na acepção europeia do entendimento que se tinha à época, restando apenas as jovens nações a história natural, que como paradigma científico foi intensificada a partir do século XVIII, século do Iluminismo europeu, que difundiu veementemente a distinção entre cultura e natureza. Suscitando o grande desejo de conhecer e classificar cada vez mais o mundo natural. Desta forma, segundo o historiador Manoel Salgado, coube aos cientistas e suas viagens exploratórias um papel premente para a ampliação do conhecimento, pois:

O fazem com o intuito de produzir conhecimento científico seguro, esquadrihando cuidadosamente as regiões para construir um painel que abrigasse desde as características físico-geográficas das áreas visitadas, até as características sociais e políticas dos povos que as habitavam. Um olhar

¹ Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás – UEG. e-mail: eduardo.vasconcelos@ueg.br

cuidadoso vai anotando, classificando, ordenando segundo princípios, constituindo, em suma, um saber sobre estes povos distantes e desconhecidos, seguindo as instruções e os métodos sugeridos por Volney ou mesmo Voltaire de como proceder quando em viagem científica. Deste viajante não se espera apenas um conjunto de impressões 'romanceadas' mas um relato circunstanciado, a partir de um método de trabalho, base para a constituição de um saber sobre as sociedades humanas de forma geral. O texto assim produzido submete a observação dos fenômenos a um projeto epistemológico para o conhecimento do outro, constituindo-se numa grade de leitura para o deciframento daquilo que, à primeira vista, parece estranho e diverso (GUIMARÃES: 2000, p. 404).

Todavia, para além de um mero encontro centrado exclusivamente pelo simples desejos de melhor conhecer a fauna e a flora do novo mundo, Manoel Salgado ao dar sequencia a sua análise sobre as viagens científicas salienta a existência de outros interesses, Assim:

Pode-se compreender que estas formas de viagem inscrevem-se também num momento distinto da história europeia, como parte daquilo que Norbert Elias (1994), com tanta argúcia, definiu como o processo civilizador. A partir desta perspectiva, as relações entre a Europa e a América dever-se-iam pautar por uma clave distinta daquela que constituíra o tom destas relações até aquele momento: a violência explícita e aberta que presidira os contatos entre europeus e americanos nos primeiros séculos da colonização deveria ceder lugar a uma forma de relação sustentada pelo conhecimento "científico"; ao uso da espada contrapunha-se agora o poder de um saber sobre estes povos apoiado na letra e na palavra que os define e cataloga. Para uma consciência europeia iluminada e racional que já não suporta mais a visão do suplício dos corpos, é preciso redefinir as relações com o outro não europeu (GUIMARÃES: 2000, p. 405).

Redefinição das relações, redefinições das ações. Eis, talvez, o *leitmotiv* da época que possibilitou a ampliação e o compartilhamento das experiências vividas e percebidas pelos cientistas ao longo de suas viagens observando em busca do exótico, do ainda desconhecido que ao ser encontrado deveria ser recolhido, guardado e transportado para os centros urbanos que se formavam no século XIX para fins de estudos. Tal situação demandou a criação de espaços mais adequados para a guarda e o estudo e exposição dessas novas aquisições, suscitando assim a criação ou ampliação de museus de história natural, que ao longo do século XIX ganharam um lugar de destaque por se transformarem em síntese do mundo ao apresentar aos seus visitantes os objetos, a fauna e a flora do mundo, previamente coletado, classificado e tratado sem os perigos, os gastos e os contratempos inerente a uma viagem científica (PICKSTONE: 2000).

Coletando Objetos para um Museu Perdido

No Ceará, em meados de 1871, um colecionador particular, O Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, médico da Santa Casa de Misericórdia e Capitão Cirurgião da Guarda Nacional, possuía um pequeno museu com objetos de História Natural, aberto ao público. (...) o médico solicitou doá-la [sua coleção] ao governo para compor o núcleo inicial de um Gabinete de História Natural na província em troca de uma distinção honorífica (LOPES: 1997, pp. 151-152).

A passagem acima foi registrada por Maria Margaret Lopes em sua pesquisa de Doutorado, posteriormente publicada em livro sob o título: *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, onde a autora nos apresenta um aprofundado estudo sobre os museus brasileiros de história natural do século XIX. Mesmo não enfocando especificamente a realidade da Província do Ceará, a autora mencionou o pedido de doação da coleção do Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro ao Presidente de Província no ano de 1871, que, por sua vez, solicitou ao então Diretor do Museu Nacional, Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894), que emitisse um parecer sobre o caso. Em sua resposta, o diretor respondeu afirmativamente, pois essa seria uma boa oportunidade de criação de um museu local, caso os artigos ofertados estivessem em boa condição e fossem de qualidade (LOPES: 1997, pp.151-152).

O parecer positivo atestado pela autoridade científica, neste caso, o diretor do Museu Nacional, não satisfez ao Presidente da Província, muito provavelmente o bacharel em direito, fluminense, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, que não efetivou a aquisição da coleção, pois de acordo com Margaret Lopes “(...) o presidente da Província do Ceará considerou que os objetos não estavam em muito bom estado, não eram tão curiosos”. E continua a autora, “(...) o médico [doador da coleção] gozava de posição modesta, escassos honorários e nenhuma posição de homem de saber”. Por fim, segundo a mesma autora, “(...) além do que, como considerava que muito poucas pessoas em Fortaleza se dedicavam a História Natural, tratava-se de uma despesa elevada para a província, que tinha necessidades mais urgentes” (LOPES: 1997, p. 152).

Diante de explícita referencia sobre a existência de Museu de História Natural no Ceará, passamos a perscrutar a produção historiográfica brasileira sobre o processo histórico de formação dos museus de história natura e eventuais referências sobre o museu cearenses oitocentista.

Nesse sentido, Identificamos outra menção à coleção ao Museu de História Natural do Dr. Alves Ribeiro, no artigo do professor da Universidade de São Paulo - USP, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, que em uma visão geral sobre os museus brasileiros no século XIX, comentou a relação destes com a Natural no Brasil, afirmando que:

*Era, pois, de esperar que nossos museus oitocentistas tivessem elegido a História Natural como seu horizonte: o Museu Nacional (cuja fundação, em 1817, precedeu a própria Independência) o Museu de Belém (fundado em 1866 e reorganizado em 1894, já com as feições do atual Museu Paraense Emílio Goeldi), o Museu Paraense (1876), ou os de **Fortaleza, Maceió, Belo Horizonte** (estes três últimos, da década de 1870, não sobreviveram) (MENEZES, 1994, pp. 573-578. Grifo nosso).*

Na citação, o professor Ulpiano Menezes apenas reafirmou o não prosseguimento ou a “finitude” do Museu de Fortaleza na década de 1870, juntamente com os museus criados nas cidades de Maceió - AL e de Belo Horizonte - MG, sem mencionar, porém, maiores detalhes tais como: o nome do fundador, como era constituído o museu, onde, quando e durante quanto tempo ele funcionou.

Prosseguindo o estudo, ainda no rol das menções, uma terceira referência identificada ao Museu de História Natural de Fortaleza (Ceará) foi feita em uma importante coletânea dedicada aos Estudos de Filosofia e História das Ciências no Brasil. Nessa coletânea as pesquisadoras brasileiras Maria Amélia Mascarenhas Dantes, Silva Figuerôa e Maria Margaret Lopes apresentaram uma visão geral sobre os principais estudos concernentes à História das Ciências no Brasil de 1870 até 1920, centrando-se nos estudos que pesquisaram a formação dos engenheiros; as comissões de estudos geológicos; os museus e as ciências naturais e, por fim, as ciências médicas nas principais urbes. No tópico em que as autoras abordam os museus brasileiros, encontramos a seguinte afirmação:

*Houve um aumento significativo, não só em quantidade, mas também na importância científica e social dessas instituições nas últimas décadas do século XIX no Brasil, especialmente até meados da década de 1860. Apesar das tentativas de criar museus provinciais (na **Bahia, Alagoas, Ceará**), o Museu Nacional no Rio de Janeiro, que funcionava desde 1818, ainda era praticamente a única instituição desse tipo no país. (DANTES; FIGUEIRÔA; LOPES: 2011, p.100. grifo nosso)*

Novamente, o museu criado em Fortaleza é aludido de forma rápida e desprovida de maiores informações, sendo citado apenas para exemplificar a incapacidade da província em criar o museu e desvincialhar-se das várias dificuldades enfrentadas no século XIX, no que tange à continuidade do museu em questão.

Mesmo diante dessas poucas e rápidas informações, fica claro que, no período em questão, ocorreu um interessante encontro na principal urbe do Ceará no século XIX; pois de um lado havia um profissional médico fortemente influenciado pelo paradigma da história natural e, do outro lado, um crescente interesse social em prospecção, identificação, guarda e exposição de objetos naturais e/ou feitos pelo homem. Nesse sentido, foi na confluência desses interesses que, seguramente, o médico foi estimulado a constituir sua coleção e por motivos desconhecidos, posteriormente decidiu doar a sua coleção aos auspícios da província cearense (STUDART: 1910. p. 06).

No Brasil, os museus de história natural constituíram-se como espaços privilegiados de pesquisa e de produção científica oitocentista (LOPES: 1997), daí o pesquisador francês Dominique Poulot referir-se a esse tipo de museu, de uma forma geral, como *museu-ateliê da ciência* (POULOT: 2013). Ao longo do século XIX, vários museus de história natural foram criados em diferentes localidades brasileiras: Museu Nacional, no Rio de Janeiro; Museu Paranaense, em Curitiba; Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará; Museu Paulista, também conhecido como Museu do Ipiranga, em São Paulo. Além de compartilharem as suas respectivas fundações no século XIX, todas essas instituições foram mantidas ao longo do século XX, com diversas alterações e reformulações, desde suas respectivas fundações até os dias atuais. Essa continuidade permitiu aos historiadores e aos pesquisadores interessados nos museus o estudo e a pesquisa do processo de formação, criação, institucionalização, desenvolvimento e amadurecimento desses espaços museais.²

² Os principais estudos são: ALVES, Ana Maria Alencar Alves. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder, o Museu Paulista 1893-1922*. São Paulo Humanitas/FFLCH - USP, 2001; BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005; FURTADO, Janaína Lacerda. *O Museu Desaparecido: o papel do Museu Industrial do Jardim Botânico na construção da identidade nacional*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012; LOPES, Maria Margaret. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997; LOPES, Maria Margaret &

Entretanto, mesmo com o amplo desenvolvimento das pesquisas e dos temas correlacionados aos museus de história natural, perpassando do século XIX até o século XXI, ainda são poucos os estudos versando sobre os museus e sua importância fora das áreas “mais dinâmicas” do Brasil. Nesse sentido, faz-se necessário o cruzamento de fontes e informações, como sugere o atual saber histórico e seu método para traçarmos caminhos alternativos a esses interditos.

Uma alternativa à ausência de informações referentes a esse museu foi buscarmos informações sobre o seu idealizador, criador, mantenedor e posterior doador – já que se tratava de uma coleção particular – Dr. Alves Ribeiro. Ao procurarmos informações no Dicionário Biobibliográfico do historiador cearense Guilherme Studart³ (1856-1938), verificamos que, na sua narrativa característica, de traços factuais, constava alguns dados sobre o criador do museu, tais como: seu nome completo, data e nascimento, cidade natal e filiação. Neste momento conseguimos saber que o criador da coleção de história natural⁴ em foco, fora Joaquim Antônio Alves Ribeiro, o qual nasceu em 09 de janeiro de 1830, na cidade de Icó (região sul do Ceará) e foi um dos 17 filhos do consórcio do Coronel Manoel Alves Ribeiro com Dona Alexandrina Mendes Ribeiro (STUDART: 1910, p. 06).

Dando sequência às informações de cunho “factuais” sobre Alves Ribeiro, Studart acrescenta que ele formou-se em medicina pela universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 1853, e sustentou tese (revalidação do diploma) na Faculdade de Medicina na Bahia. Em Fortaleza, foi médico do hospital de caridade, cirurgião da Guarda Nacional. Foi também sócio correspondente da Imperial Acadêmica de Medicina do Rio de Janeiro, da Sociedade Médica de Massachusset, da Sociedade de História Natural de Frankfurt e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em

HEIZER, Alda. (Orgs). *Colecionismos, Práticas de Campo e Representações*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011; MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Museu Paulista (História da USP). In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 22, 1994; SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2010. SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³ Formando em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, destacou-se como um dos grandes pesquisadores e conhecedores da História do Ceará. Amigo de infância de João Capistrano Honório de Abreu (Capistrano de Abreu) com que trocou cartas, conselhos, dúvidas e indicações de pesquisas. Sobre a relação epistolar de Studart e Capistrano de Abreu consultar: RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 3v.

⁴ O Dr. Alves Ribeiro iniciou uma coleção particular de objetos de medicina e história natural. Posteriormente ele doou sua coleção particular à província cearense.

vida, foi agraciado Cavaleiro da Ordem da Rosa (2 de dezembro de 1858) e da Ordem de Cristo (12 de outubro de 1867). Faleceu na cidade de Fortaleza em 02 de maio de 1875, vítima de um câncer no estômago (STUDART: 1910, p. 06).

Por fim, Studart em seu levantamento nos fornece outros dados sobre a coleção criada pelo Dr. Alves Ribeiro, ao registrar que:

A esse médico se deve o 1º museu que o Ceará viu; após sua morte as diversas coleções, algumas bem preciosas, passaram por doação ao governo do Estado (STUDART: 1910, p. 06).

Diferente da argumentação do presidente da província cearense em 1871, que desqualificava a coleção do médico cearense formado nos Estados Unidos, Guilherme Studart fez registro no qual afirmou que entre as coleções do referido museu havia “algumas bem preciosas”. Uma eventual explicação para essa divergência avaliativa perpassa a formação de Studart, que assim como o Dr. Alves Ribeiro, compartilhou o mesmo interesse pela medicina, visto que Studart formou-se nessa área pela faculdade da Bahia, em 1877, momento em que o paradigma da História Natural ainda estava em voga. Daí sua análise positiva as peças da coleção constitutiva do museu quando delineou a vida do Dr. Alves Ribeiro em seu *Dicionário Bio-Biliográfico Cearense*.

Mesmo havendo uma diferença de 23 anos entre o Dr. Alves Ribeiro e Guilherme Studart, muito provavelmente o jovem Studart conheceu e até mesmo frequentou o museu do Dr. Alves Ribeiro na capital do Ceará, dado que ambos viviam na mesma cidade, e que, posteriormente o jovem Studart escolheu como ofício a medicina ou seja, a mesma profissão do criador do museu de história natural, o que poderia ter estimulado o futuro historiador cearense a registrar detalhadamente a história da museu, mas infelizmente, ele não levou a cabo tal pesquisa e nem aprofundou as informações de cunho histórico sobre a coleção de história natural do seu colega de ofício. O que motivou esse silêncio? Quais motivos fizeram Studart não registrar esse engenhoso espaço científico em terras cearenses? Porque não escrever o museu na história cearense?

Excluindo a História Natural

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se escreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possivelmente certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos e políticos) na análise⁵ (CERTEAU, 2002, pp.76-77).

Ao longo do século XIX, o Brasil passou por diversas transformações políticas, econômicas e sociais. Antes, durante e depois dessas transformações cresceu, dentre outros, a preocupação com a História brasileira sintetizada na indagação: Como escrever a história do Brasil? Em outras palavras, buscava-se saber de onde veio o povo brasileiro, qual a sua constituição e, principalmente, qual o seu lugar no futuro? Em maior ou menor escala, as questões acima indicadas, ao lado de outras foram objeto de diferentes respostas oferecidas por distintos estudiosos (REIS: 1999).

Destarte, aos interessados pelo saber histórico oitocentistas caberia antes de efetivamente oferecer qualquer resposta às especulações filosóficas-históricas sobre o Brasil possuir o pleno conhecimento e domínio das regras específicas do saber histórico forjados no século XIX, que postulou “... o conhecimento do passado torna-se tarefa de uma disciplina com todas as implicações daí decorrentes — um método, um aprendizado e uma carreira —;”(GUIMARÃES: 2002, p. 184). Tal situação significou na prática a reserva de uma área específica de saber para uma atividade específica que buscava a profissionalização, ou seja, buscava-se a legitimação da história e do historiador, o profissional apto para falar do passado.

Caberia apenas ao historiador pesquisar, registrar e falar sobre o passado apoiando-se, exclusivamente, nos documentos diplomáticos, ou seja, documentos escritos oficiais que possibilitariam restabelecer a conexão entre o passado e o presente oportunizando, dessa forma, suprir os silêncios do passado (GUIMARÃES: 2002, p. 184). Passado esse entendido unicamente como os atos políticos significativos para a formação e manutenção da Nação.

⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maia de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002. pp.76-77.

Além dessa justificativa de cunho funcionalista, visando à legitimação e soerguimento da Nação, os historiadores oitocentistas também travaram confrontos e disputas com os antiquários, pela primazia de controle do passado, assim como pelo reconhecimento e aceitação de suas ações na sociedade. Dessa maneira:

À erudição própria dos beneditinos de Saint Maur, contrapunha-se uma atividade de profissionais da História, cujo trabalho deveria necessariamente visar a um público, que formulava, à prática da História, demandas novas e diferentes, de acordo com um mundo política e socialmente distinto, cujo divisor de águas era sem dúvida a experiência de 1789. As antigas coleções, objeto da prática do antiquarianismo e vindas à luz a partir de critérios próprios da cultura destes eruditos, deveriam agora ser reorganizadas segundo um claro critério, definido a partir dos princípios formulados por uma geração voltada para a construção política e simbólica da nação..(GUIMARÃES: 2002, p. 187).

Entre os objetivos traçados e a efetivação dos resultados, os historiadores do século XIX tiveram que vencer a guerra de guerrilhas, enfrentar oponentes internos e externos, demonstrar sua validade e conseqüentemente superioridade, para só assim desfrutarem da aceitação, prestígio e admiração em suas respectivas nações como os verdadeiros guardiões do passado.

É dentro das tensões acima mencionadas que devemos ter em mente a escrita da história de Guilherme Studart, considerado por muitos o maior historiador do Ceará e, indiscutivelmente, “um dos mais conhecidos e respeitados nomes da historiografia cearense” (ALCÂNTARA: 2004, p. 12), reconhecimento esse obtido por meio de meticulosa pesquisa documental e posterior publicação na forma de livros abordando amplos e variados aspectos da realidade histórica da sua terra natal⁶.

Como membro de uma comunidade em formação, a dos historiadores, Studart operacionalizou sua pesquisa para a “reconstrução” pretérita do Ceará, focando especificamente os aspectos políticos que, posteriormente, impactariam no processo histórico cearense. Ao operacionalizar tal seleção Studart colocou em ação os preceitos acima indicados na epígrafe escrita por Michel de Certeau, que ao analisar *A Escrita da História* salientou o duplo movimento dessa escrita que “permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros”. Como resultado direto e bem ilustrativo dessa orientação,

⁶ A título de ilustração menciono as obras: *Notas para a História do Ceará – Segunda Metade do Século XVIII* (1892), *Dados e Fatos para a História do Ceará* (3 volumes), *Para a História do Jornalismo Cearense* (1924), *Geografia do Ceará* (1924), *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense* (3 volumes).

consciente ou não, os historiadores buscaram se distanciar dos antiquários, pois esses acreditavam que os “objetos falavam pelas épocas em que tinham sido fabricados” e dessa forma, os antiquários, expressariam a sua objetividade, experimentação e neutralidade próprias dos *éruditis* (MOMIGLIANO: 2004, pp. 88-89).

Mesmo não se intitulando como um antiquário, o museu de história natural do Dr. Alves Ribeiro, compartilhou diversos aspectos da tradição antiquaria, quais sejam: a coleta de objetos indistintos, a não qualificação do proprietário nas lides históricas e a não valorização da história pátria. Desse modo, ao não “historiar” esse espaço científico, Studart lastreava-se nos preceitos históricos em voga, aceitos e praticados pelo historiadores oitocentistas para, neste caso, não desenvolver seu ofício de historiador.

Por outro lado, podemos ainda acrescentar neste “inventário das diferenças” que a concepção de ciência em voga no século XIX era exclusivamente europeia, isto é, feita e desenvolvida na Europa, o único local adequado para tamanha façanha, e só posteriormente ser conduzida para as demais partes do mundo. O que mais uma vez excluía o Dr. Alves Ribeiro, que estudou e se formou nos Estados Unidos.

CONCLUSÃO

Ao longo do século XIX, a frase *wie es eigentlich gewesen* (como realmente aconteceu) foi considerada como a máxima incondicional ao pleno exercício dos historiadores e reflexo diretos das atividades desenvolvidas por esse profissional. Ao passarmos em revista o caso do museu de história natural criado na capital do Ceará na segunda metade do século XIX, percebemos que, diferente do afã de detalhar e contar tudo como realmente aconteceu, o principal e mais aclamado historiador cearense, Guilherme Studart, optou por não registrar o que realmente aconteceu.

Em tese, Studart possuía todos os elementos e motivações para “historiar” esse museu, pois de um lado esse fora o primeiro museu da cidade, criado por um médico que estudou no exterior; por outro lado o futuro Barão nasceu e cresceu na cidade de Fortaleza, muito provavelmente frequentou o referido museu e até conheceu pessoalmente o seu criador, pois posteriormente compartilhou com esse a escolha pela Medicina como formação inicial e mesmo com tantos motivos nada escreveu sobre “o seu criador e nem sobre sua criação”, ou seja, nada registrou sobre o Dr. Alves Ribeiro ou sobre o seu museu de história natural.

Mas subjacente ao silêncio do historiador pesou “a coerção social do grupo sob o indivíduo”, em outras palavras, Studart ao não registrar nada ou muito pouco sobre o museu de história natural explicitava a sua vinculação a prescrição ao saber histórico defendido pelos historiadores que buscavam se afirmar como os únicos aptos e preparados para discorrer e conhecer o verdadeiro passado, o nacional, diferenciado-se do afã colecionista dos antiquários sem objetivos, sem métodos e desprovidos da exaltação nacional.

Referências Bibliográficas:

ALCÂNTARA, Lúcio (Governador do Ceará). A História do Ceará nas páginas do Barão (Prefácio). In: STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará* (segunda metade do século XVIII). Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1892].

ALVES. Ana Maria Alencar Alves. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder, o Museu Paulista 1893-1922*. São Paulo Humanitas/FFLCH - USP, 2001.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maia de Lourdes Menezes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas; FIGUEIRÔA, Silvia; LOPES, Maria Margaret. Sciences in Brazil: an overview from 1870-1920. In: KRAUSE, Décio & VIDEIRA, Antônio (editors). *Brazilian Studies in Philosophy and History of Science: an account in recent works*. Dordrecht: Springer Science, 2011. (Boston Studies in the Philosophy of Science, volume: 290).

FURTADO, Janaína Lacerda. *O Museu Desaparecido: o papel do Museu Industrial do Jardim Botânico na construção da identidade nacional*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, 2000

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. In: *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, 2002.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

____ & HEIZER, Alda. (Orgs). *Colecionismos, Práticas de Campo e Representações*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Museu Paulista (História da USP). In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 22, 1994.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florezano. Bauru, SP: EDUSC, 2004. (Coleção História).

PICKSTONE, John V. *Ways of Knowing: a new history of science, technology, and medicine*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.*, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Ensaio Geral).

RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 3v.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STUDART, Guilherme Chambly (Barão de Studart). *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense*. Tomo II. Fortaleza, CE: Tipografia Minerva, 1910.